

1 **ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE**

2 Ao 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, das 9:00 às 13:00 horas,
3 estiveram reunidos na Câmara Municipal de Jaguaribara, os representantes das instituições
4 membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, que teve como pauta: 1.
5 Abertura; 2. Entrega da Comenda José Ulisses de Souza; 3. Preenchimento de Vacâncias (01 vaga
6 Segmento: Usuário; 01 vaga Segmento: Sociedade Civil Organizada); 4. Apresentação da Lei de
7 Segurança de Barragens e Cadastro das Barragens do estado do Ceará (SRH); 5. Apresentação da
8 Situação Hídrica da bacia do Médio Jaguaribe (COGERH); 6. Informes/Encaminhamentos.
9 Estiveram presentes: Sra. Flaviana Guimarães de Lima – Instituto Regional de Desenvolvimento
10 Sustentável do Semi-Árido – IRDSS – Tabuleiro do Norte; Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro,
11 Fundação Dr. Ozanan Monteiro – Solonópole; Sr. Djavan da Silva Fernandes – Paróquia Nossa
12 Senhora do Perpétuo Socorro; Sr. Francisco Otacílio Diógenes Olegário e Sra. Antonina Maia
13 Diógenes – Associação Sócio Comunitária da Agrovila Riacho da Serra; o Sr. José Valderi de
14 Almeida Pimenta – STTR de Iracema; o Sr. Expedito Diógenes – Sindicato Rural de Jaguaritama;
15 Sr. Raimundo Freitas – Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais de Pereiro; Sr. Manuel Rivaldo
16 Moreira – Sindicatos dos Trabalhadores(as) Rurais de Milhã; Sr. Francisco Holanir Cabral – Ascos
17 – Associação de Fomento a Ovinocaprinocultura de São João do Jaguaribe; Sr. Antônio Laudo
18 Clementino – Associação dos Pescadores do açude Castanhão; Sr. Tacredo Wilson Alves de Souza
19 Júnior e Sra. Leidiane Christina de Oliveira – CAGECE; Sr. Antônio P. Freitas – SAAE
20 Solonópole; Sr. Antônio Moraes Honório – Assoc. Desenv. Com. Francisco M. Nascimento –
21 Jaguaribe; Sra. Damiana Alves Bruno – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança
22 – Iracema; Sr. Francisco de Assis Rabelo – Associação dos Produtores Rurais de Caraúbas – Alto
23 Santo; Sr. Elianildo Lopes Clemente – Associação dos Criadores de Tilápia do Castanhão –
24 ACRITICA; Sr. Deodato Celso Barroso Diógenes e David Viana Holanda – Prefeitura Municipal de
25 Alto Santo; Sr. Bruno Rafael Freitas – Prefeitura de Tabuleiro do Norte; Sr. Zircônio Peixoto dos
26 Santos – Prefeitura Municipal de Jaguaribe; Sr. Daniel Linhares Gonçalves – Câmara Municipal de
27 Jaguaribara; Sr. André Leitão Mavignier – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas –
28 DNOCS; Sr. Francisco Edésio de Oliveira – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
29 Ceará – EMATERCE – Jaguaribe; Sra. Mariana Fontene e Sra. Fernanda Furtada – Secretaria dos
30 Recursos Hídricos do Ceará – SRH. A reunião foi iniciada pelo Sr. Daniel Linhares, presidente do
31 CSBH do Médio Jaguaribe, que saudou a todos, agradeceu a Câmara pelo espaço cedido, leu a
32 pauta da reunião e informou que recentemente teve um infarto, mais felizmente com a ajuda de
33 Deus está se recuperando. Agradeceu o empenho e esforço de todos os membros do colegiado que
34 tem contribuído para a gestão dos recursos hídricos na bacia do Médio Jaguaribe. Justificou a
35 ausência do Prefeito de Jaguaribara, Sr. Joacy Junior (Juju), que tinha ficado de participar da
36 reunião do colegiado, mais foi convocado para uma reunião urgente em Fortaleza. O Sr. De Assis
37 Rabelo pediu um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do Dr. Padawam, que teve uma
38 forte ligação com Jaguaribara e com a construção do açude Castanhão. Dando continuidade a
39 reunião, o Sr. Leandro Nogueira, coordenador do núcleo de gestão da Cogerh Limoeiro do Norte,
40 apresentou os demais membros da gerência regional presentes: Sr. Hermilson Barros, coordenador
41 do núcleo técnico, Sr. Cleilson Almeida, analista em gestão de recursos hídricos e a Sra. Maria Ley,
42 apoio do núcleo de gestão. Em seguida lembrou que a comenda José Ulisses de Sousa, foi criada
43 pelo Comitê do Médio Jaguaribe no final de 2016, com o objetivo de homenagear pessoas que
44 tiveram relevantes serviços prestados a gestão de recursos hídricos e/ou meio ambiente na sub-bacia
45 hidrográfica do Médio Jaguaribe. Destacou que a escolha do homenageado neste ano se deu através
46 de consulta aos membros do colegiado, que escolheram o Pe. Djavan da Silva Fernandes, membro
47 do colegiado, representando a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Potiretama. Em
48 seguida fez uma leitura de um resumo da biografia do agraciado. Convidando em seguida o
49 homenageado para receber do representante do DNOCS, Sr. André Magvinier, a Comenda José
50 Ulisses de Souza. Após o ato, o Sr. Djavan agradeceu a homenagem, destacando a importância do

51 Comitê para a gestão de recursos hídricos do Estado, embora tenha destacado que alguns órgãos do
52 Estado não dão o devido reconhecimento ao papel colegiado, sendo que embora a legislação
53 priorize o abastecimento humano, às vezes outros usos são priorizados. Ressaltou que o colegiado
54 tem contribuído para seu engrandecimento como cidadão, sobretudo na defesa das comunidades que
55 não tem o acesso à água e que muitas vezes são esquecidas pelos Governos, que só veem as sedes
56 municipais. Finalizou dedicando a Comenda a todos os membros do colegiado, sobretudo aos
57 representantes da sociedade civil e das comunidades rurais do Médio Jaguaribe. Dando
58 continuidade a reunião, passou-se ao Preenchimento de Vacâncias. O Sr. Leandro informou que
59 atualmente existem duas vacâncias, uma no segmento sociedade civil e outra no segmento usuário.
60 O Sr. Daniel convidou as entidades pleiteantes as vagas a fazerem sua apresentação. Pelo segmento
61 usuário, o Sr. Cícero Junier, representando o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE
62 Jaguaribe, fez uma breve explanação das ações do SAAE Jaguaribe. Já pelo segmento sociedade
63 civil, o Sr. Elisiário Nogueira, representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
64 de Solonópole, lembrou que o STTR Solonópole sempre foi membro do colegiado, mais durante o
65 último Congresso de renovação ficou sem vaga, e está pleiteando o seu retorno. Após as
66 apresentações, o Sr. Daniel colocou em votação o preenchimento das vacâncias, sendo aprovadas
67 por unanimidade. **Segmento usuário: Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE Jaguaribe**
68 **e Segmento Sociedade Civil: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de**
69 **Solonópole.** Prosseguindo a reunião, o Sr. Daniel convidou as Sras. Mariana Fontenele e Fernanda
70 Furtado, engenheiras civis da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH para apresentação da Política
71 Nacional de Segurança de Barragens - Lei 12.334/2010. Iniciando a sua a apresentação a Sra.
72 Fernanda destacou que a Segurança de Barragens visa reduzir os riscos da ocorrência de um
73 incidente ou acidente por meio de um conjunto de ações estruturais e não estruturais, como:
74 Manutenções periódicas; Inspeções através de check-lists por técnicos qualificados; passou em
75 seguida a detalhar a Lei 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens
76 destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e
77 à acumulação de resíduos industriais, e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de
78 Barragens. Detalhou as Características da Barragem para enquadramento na Lei 12.334/2010: altura
79 do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15 m (quinze
80 metros); capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000 m³ (três milhões de metros
81 cúbicos); categoria de Dano Potencial Associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais,
82 ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º. Em seguida a Sra. Mariana
83 passou a detalhar a Portaria da SRH (Prevista para publicação em Dez/2017): que estabelece o
84 Cadastro Estadual de Barragens e a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos
85 responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da
86 Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de
87 Barragem e do Plano de Ação de Emergência. Detalhou que EMPREENDEDOR é o Agente
88 público ou privado: com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório
89 ou; que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade. Ou seja é o responsável legal
90 pelo Cadastro e pela Segurança da Barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-
91 la. FISCALIZADOR - Entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos (Secretaria dos
92 Recursos Hídricos – SRH) que é responsável pela regulamentação, fiscalização, manutenção do
93 cadastro e informar. Em seguida destacou que CADASTRO ESTADUAL DE BARRAGENS tem
94 por finalidade a integração e consolidação de dados das barragens dentro da competência do órgão
95 fiscalizador (SRH). Este cadastro deverá incluir barragens de todos os portes, desde barreiros com
96 poucos metros de altura a barragens de médio a grande porte. Entre outras razões, o conhecimento
97 das características construtivas das barragens deve fornecer o mínimo de informações que permitam
98 tomadas de decisões em situações de emergência. Passou a detalhar o Formulário para Cadastro,
99 que deve especificar a Identificação do Empreendedor – Pessoa Física ou Jurídica; o Responsável
100 Legal; a Identificação da Barragem – Nome, Município, Coordenadas, Curso d' água barrado, Bacia

101 Hidrográfica, Ano de Conclusão, Tipo, Capacidade, Sistema de drenagem, Características do
102 vertedouro; a Documentação de Projeto, Construção e Operação; os Usos da Barragem; a gestão da
103 Segurança da Barragem e as Características a jusante. Bem como Formulário para Classificação do
104 risco: Características Técnicas (Altura, Comprimento, Tipo, Fundação, Idade); Estado de
105 Conservação (Confiabilidade nas estruturas extravasoras, nas estruturas de adução, Percolação,
106 Deformações e recalques, Deteriorização de taludes). Plano de Segurança (Existência de
107 documentação de projeto, Estrutura organizacional e equipe qualificada, Procedimentos de
108 inspeções, Relatórios de Inspeção). Que servirão como base para classificação do Dano Potencial
109 Associado (Volume, Perda de vidas humanas, Impacto Ambiental e Impacto Sócio – Econômico).
110 Finalizando destacou que na falta de informações referentes às características técnicas e ao estado
111 de conservação da barragem, serão adotados valores máximos, ou seja, será classificada como risco
112 alto. Finalizada a apresentação, foi aberto espaço para discussão. O Sr. Holanir (ASCOS) perguntou
113 como se é preciso fazer o cadastro de barragens subterrâneas, e se o açude Castanhão já estava
114 cadastrado. O Sr. Valderi (STTR Iracema), perguntou como fica a situação dos inúmeros pequenos
115 açudes que existem no município de Iracema, pois a prefeitura não fará o cadastro, disse ainda que
116 existem diversos açudes construídos em riachos que antes recarregavam os maiores reservatórios
117 como Ema, Canafistula e Figueiredo. A Sra. Mariana respondeu que a responsabilidade do
118 cadastrado é do proprietário dos barramentos superficiais, informou que o DNOCS já fez o cadastro
119 dos açudes Castanhão e Figueiredo, dentre outros. E que SRH já enviou ofício para todas as
120 prefeituras para que elas realizem o cadastro dos açudes/barragens que forma construídos pelo
121 município, antes do início da próxima quadra chuvosa. Finalizando disse que o cadastro será mais
122 uma ferramenta para melhorar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos do Estado. O Sr.
123 Leandro sugeriu que a COGERH realize uma articulação com as prefeituras da bacia, para verificar
124 como anda a questão do cadastro, e ajudar no que for possível, inclusive com capacitações para os
125 municípios. O Sr. Holanir perguntou quais os requisitos do plano de segurança de barragens. A Sr.
126 Damiana (Assentamento Boa Esperança), perguntou se com o cadastro será necessário que se
127 solicite a outorga, mesmo para pequenos usos. As representantes da SRH responderam que o
128 detalhamento do plano e todos os requisitos estão previstos na portaria da SRH que deve ser
129 publicada ainda este ano, nela estará descrita todas as ações a serem adotadas em parceria com a
130 defesa civil, em caso de risco de rompimento dos barramentos, de acordo com a classificação dos
131 riscos. Em relação a questão da outorga, esclareceram que para realização do cadastro não será
132 exigido a outorga, porém o cadastro servirá de base para as ações do sistema de gestão de recursos
133 hídricos, em que a outorga e a fiscalização são instrumentos de gestão, sendo a outorga exigida
134 tanto para a construção de obras de interferência hídrica, quanto para o uso da água. O Sr. Marx
135 (Fundação Dr. Ozanam Monteiro) questionou que vários açudes foram construídos de forma
136 irregular e sem planejamento, sendo que muitos impedem a recarga de reservatórios que abastecem
137 sedes municipais, e agora o próprio proprietário terá que realizar o cadastro. Na sua opinião sem um
138 trabalho intenso de fiscalização esse cadastro não será realizado. Perguntou ainda quem será o
139 responsável por corrigir as irregularidades que causem risco de rompimento, qual a punição para
140 quem não se regularizar. O Sr. Elisiário (STTR Solonópole) perguntou quem será o responsável
141 pelo cadastro de açudes construídos por associações. A Sra. Fernanda respondeu que a SRH está se
142 estruturando para realizar o planejamento de ações inclusive com campanhas de fiscalização após o
143 cadastro, sendo que após o cadastro quem estiver irregular estará sujeito ao esvaziamento do
144 reservatório. E que o cadastro deve ser feito por quem efetivamente está utilizando a água, sendo
145 que em caso de vários usuários é importante criar uma associação de usuários para realizar o
146 cadastro. Disse que a SRH notificará o empreendedor (responsável pelo barramento) das correções
147 a serem adotadas, ficando as despesas de correções por conta do empreendedor, pois o governo não
148 pode realizar investimentos em imóveis particulares. Sugeriu ainda que o Comitê crie um grupo de
149 trabalho para discutir a questão de segurança de barragens. O Sr. Leandro respondeu que já existe
150 uma Câmara Técnica de segurança de barragens da SRH, em que o representante do CSBH Médio

151 Jaguaribe era o Sr. Lurivan do município de Iracema, que já não faz mais parte do colegiado. O Sr.
152 Daniel Linhares, disse que era importante que uma parte da arrecadação com a água dos açudes do
153 DNOCS fossem destinadas a um fundo de reservas, para que o DNOCS realize as recuperações de
154 seus reservatórios, pois o órgão tem dificuldades financeiras para realizar essas obras. O Sr. André
155 Magvinier (DNOCS) corroborou com a importância de se criar um fundo para recuperação de
156 barragens, pois o DNOCS não tem arrecadação própria, toda obra depende de recursos do
157 Ministério da Integração, e que os recursos para recuperação do Castanhão só foi possível porque o
158 açude receberá as águas da Transposição, todos os reservatórios que receberão as águas da
159 Transposição do São Francisco estão sendo recuperados. Dando prosseguimento a reunião, o Sr.
160 Daniel Linhares convidou o Sr. Hermilson Barros para apresentação da situação hídrica da bacia do
161 Médio Jaguaribe, o mesmo iniciou sua apresentação informando que o Estado do Ceará em
162 14/12/2017, possuía 1,42 bilhão de m³, que representa 7,61% da sua capacidade total de
163 acumulação que é 18,64 bilhões de m³. Apresentou que o açude Orós, que pereniza o rio Jaguaribe
164 até a captação da CAGECE no município de Jaguaratama, encontrava-se 125,72 milhões de m³,
165 representa 6,48% de sua capacidade. Em seguida apresentou o boletim com os açudes do Médio
166 Jaguaribe, destacando o açude Castanhão que no dia 14/12/2017, encontrava-se com 195,48
167 milhões m³, perfazendo 2,92% de sua capacidade, bem como os açudes que estão secos: Adauto
168 Bezerra, Canafístula, Ema, Madeiro, Potiretama e Santo Antônio. Destacou ainda que considerando
169 todos os açudes a bacia do Médio Jaguaribe encontra-se com 2,68% de sua capacidade. Apresentou
170 a seguir fotos dos açudes da bacia, mostrando os que estão secos e os com baixo nível.
171 Prosseguindo apresentou a campanha de medição de vazão nas secções de controle do rio Jaguaribe
172 realizada de 27 a 29/11/2017, sendo que o açude Castanhão desde 15/11/2017 está liberando 5,2
173 m³/s para perenização do rio Jaguaribe e somente 152 L/s está fluindo em direção a Captação da
174 CAGECE Russas e SAAE Lagoinha-Quixeré, destacando a seguir os consumos por seção de
175 controle: Trecho Castanhão – Recanto (Alto Santo); 0,670 m³/s; Trecho Recanto – Cocós (São
176 João): 1,397 m³/s; Trecho Cocós – Peixe Gordo (Tabuleiro): 0,656 m³/s; Trecho Peixe Gordo –
177 Córrego de Areia (Tabuleiro): 0,648 m³/s; Trecho Córrego de Areia – Pedrinhas (Limoeiro): 1,485
178 m³/s; Trecho Pedrinhas – Cabeça Preta (Limoeiro): 0,137 m³/s; Trecho Cabeça Preta – Ponte
179 Quixeré: 0,329 m³/s. Apresentou a seguir fotos de ações para retificação de alguns trechos do rio
180 Jaguaribe, para facilitar o fluxo da água no trecho perenizado até a passagem de Sucurujuba.
181 Destacando o canal construído a montante da passagem de Recanto e de Bom Jesus, ambos em Alto
182 Santo, o direcionamento do fluxo para a captação da CAGECE Tabuleiro do Norte e fechamento de
183 braço do rio para melhorar o fluxo na passagem molhada de Córrego de areia. Continuando,
184 apresentou a situação do abastecimento de água das sedes municipais do Baixo e Médio Jaguaribe,
185 com base no relatório do Comitê de Monitoramento das Ações de Convivência com o
186 Semiárido/CE, que tem relatoria do Assessor da Presidência da Cogerh, Sr. Gianni Lima, que não
187 pode comparecer a reunião, pois toda sexta-feira ocorre a reunião semanal do GT – Grupo de
188 Trabalho de Segurança hídrica do Comitê das Secas do Ceará. O Sr. Hermilson destacou que para o
189 planejamento considera-se como reserva crítica, o reservatório que atinge o volume mínimo de
190 100.000 m³, que é considerado o limite que a CAGECE consegue tratar a água. Com base nesse
191 aspecto, as cidades foram classificadas em: **LOCALIDADES CUJO MANANCIAIS ATINGEM**
192 **RESERVA CRÍTICA ATÉ SET/2017**, nesta condição estão os municípios de **Alto Santo** (AÇÃO
193 PREVISTA: Perfuração de 03 poços, OCP – Operação Carro Pipa em parte da cidade; Situação
194 atual: A FUNASA informou que a adutora deverá operar em dezembro. A Cagece construirá poços
195 manuais no aluvião do Figueiredo em Setembro e fazer limpeza de poços antigos do aluvião.
196 Produz 30 m³/h para demanda de 35 m³/h (no setor Cagece). A Cagece poderá utilizar 2 cacimbões
197 na bacia do açude quando ficar descoberto); **Dep. Irapuan Pinheiro** (AÇÃO: 4 poços a instalar -
198 dificuldade para instalação elétrica – OCP: Urgente; Situação atual: A prefeitura solicitou o
199 orçamento para a instalação de energia para os poços da Betânia orçado em R\$ 83.663,90. O Sr.
200 Cleilson complementou que em contato com o Sr. Wagner diretor do SAAE o mesmo informou que

201 os poços estão perdendo vazão, em o município é atendido por racionamento com 06 setores que
202 tem água por 06 horas e ficam 48 horas sem água; **Iracema** (Ação: OCP: Urgente; AMR (DNOCS):
203 Prazo: ABR/17. Porém açude Figueiredo não tem água para operação. Está sendo aproveitado o
204 açude Holandinho com vazão de 30 m³/h e Poços; **Pereiro** (AÇÃO: 30 poços perfurados; OCP:
205 Urgente; AMR (DNOCS): ainda sem Prazo de conclusão); e **Potiretama** (Ações: interligação de
206 bolsões de água na bacia do Figueiredo e instalação de poços amazonas e poços profundos). Após a
207 apresentação foi aberto espaço para discussão. O Sr. Raimundo (STTR Pereiro), perguntou sobre
208 previsão de conclusão da AMR de Pereiro. O Sr. Valderi (STTR Iracema), disse que a AMR de
209 Iracema não foi concluída e que o açude Figueiredo está seco, portanto a AMR foi dinheiro
210 desperdiçado que poderia ter sido usado para perfurar poços em Iracema. O Sr. André Magvinier
211 respondeu que a empresa ganhadora da licitação não conseguiu executar a obra, executando
212 somente cerca de 30% da obra, por isso o contrato com a empreiteira foi rescindido, e o DNOCS
213 realizará uma nova licitação para conclusão da obra, que ainda não tem prazo de conclusão. Em
214 relação a AMR de Iracema irá se informar a situação da obra e dará um retorno na próxima reunião,
215 porém a adutora é importante para o futuro, pois o açude Figueiredo desde sua conclusão ainda não
216 teve recarga significativa, e que essa é uma situação muito crítica, estando pensando em adutoras
217 até para cidades que ficam à margem do rio Jaguaribe, como é o caso de Limoeiro do Norte e
218 Tabuleiro do Norte. O Sr. Manoel Rivaldo relatou que o município de Milhã está em colapso, pois
219 não recebe mais água da adutora que vinha de Senador Pompeu, e hoje a sede do município está
220 sendo atendida por carro-pipa e pequenos poços. O Pe. Djavan disse que o município de Potiretama
221 foi a primeira a colapsar e que além da falta de água, o município enfrenta a falta de vontade
222 política de resolver o problema, pois apesar está sendo abastecida com a pouca água do Figueiredo,
223 e diariamente registra vários vazamentos na rede da CAGECE, pois a tubulação da cidade é muito
224 antiga com mais de 20 anos. Concluindo disse que é preciso uma força tarefa entre CAGECE,
225 prefeitura e população para aproveita da melhor forma possível a pouca água disponível. O Sr.
226 Tancredo (CAGECE UNBBJ), disse que parte da rede da sede de Potiretama já foi substituída, mais
227 tem muito ainda a ser substituída, e que a CAGECE está se empenhando para substituir os pontos
228 mais críticos, mais infelizmente a maioria da população ainda não se conscientizou da gravidade da
229 crise hídrica. Em relação a Iracema disse que atualmente a sede do município é abastecida através
230 de racionamento, captando em 18 poços e no açude Holandinho, que ficou acordado com o
231 proprietário que se captaria até o final do ano. A Sra. Damiana, questionou a localização dos poços,
232 que segundo ela é direcionada para vereadores e não as comunidades que estão sem água, ao passo
233 que segundo o Secretário de Agricultura de Iracema, o município deixou voltar 12 poços, que
234 poderiam ter sido destinadas as comunidades rurais. O Sr. Tancredo respondeu que o estudo dos
235 poços é realizada por geólogos e quando é feita em imóveis particulares é necessário uma cessão da
236 área para o Estado poder realizar a perfuração. O Sr. Hermilson, complementou que geralmente a
237 alocação é realizada por geólogos contratados pela COGERH, a perfuração dos poços é realizada
238 pela SOHIDRA e a instalação é feita pela concessionária de água (CAGECE ou SAAE). E que o
239 poço só é perfurado em áreas públicas ou com cessão de uso dos proprietários de imóveis, que ao
240 ceder a área, também autoriza o acesso da população à água. E que ele desconhece qualquer
241 direcionamento político, se tem é importante que seja denunciado. O Sr. Otacílio (Agrovila Riacho
242 da Serra), disse que durante uma reunião em setembro/2017, ficou acordado que a CAGECE
243 cederia um ponto de energia para que sua comunidade instalasse a captação comunitária em um
244 cacimbão, ficando acertado que bastaria somente um ofício da associação solicitando. O ofício foi
245 enviado a mais de 90 dias e a ENEL não instala o ponto da associação sem o aval da CAGECE. O
246 Sr. Tancredo se desculpou pelo ocorrido e comprometeu a resolver esta pendência na próxima
247 semana. O Sr. Expedito (SINRURAL Jaguaretama), disse que más práticas de gestão de recursos
248 hídricos da década de 90 continuam sendo realizadas. E defendeu que a liberação de água só fosse
249 feita com critérios técnicos, com uma discussão que contemplasse prioritariamente a demanda local
250 e regional, pois em Fortaleza nunca ocorreu racionamento, se tivesse maior restrição de uso e

251 campanhas de divulgação o Castanhão teria muito mais água. Questionou ainda a drenagem dos
252 rios, que eliminam poços naturais existentes, pois no caso do riacho do Sangue de 1918 havia
253 perenização do rio, e após a drenagem esvaziou-se também as águas subterrâneas de cacimbões. Por
254 fim defendeu que a diretoria da COGERH não fosse de nomeação política e sim funcionários de
255 carreira com conhecimento técnico. O Sr. Daniel propôs como encaminhamento que seja enviado
256 uma solicitação para que o governo do Estado estude a viabilidade de atendimento de todas as
257 cidades no entorno do açude Castanhão com adutoras partindo do reservatório. O Sr. Hermilson
258 respondeu que a ação de máquinas para desobstruir pontos de acumulação de água, associados a
259 ação de fiscalização, inclusive com retirada de motores é uma forma de otimizar a pouca água
260 existente para priorizar os abastecimentos humanos, citando que no caso de Jaguaratama, a ação
261 resultou em uma sobrevida de no mínimo mais 30 dias no abastecimento da cidade. Disse ainda que
262 a COGERH apresenta os cenários com base em dados técnicos, e que a definição da vazão média a
263 ser operada é discutida e aprovada pelos integrantes de comitês de bacias. E que as ações de
264 monitoramento e fiscalização são realizadas para cumprir as vazões médias aprovadas, sempre
265 buscando garantir os usos prioritários previstos em lei. Parabeniza todos os integrantes dos comitês
266 que discutem e gerenciam de forma participativa e todos os integrantes do sistema de gestão de
267 recursos hídricos, que não é perfeito, precisamos avançar nos instrumentos de gestão, sobretudo a
268 outorga e a fiscalização. Porém o sistema funciona bem e permite que o estado do Ceará atravesse
269 esse período de estiagem, que é o mais longo e mais crítico dos últimos 100 anos. Disse ainda que é
270 preciso avançar nos estudos e monitoramento de águas subterrâneas e nas obras que melhorem a
271 eficiência, como adutoras para abastecimento humano. O Sr. Leandro complementou que é preciso
272 melhorar a representatividade dentro dos comitês, com o envolvimento mais efetivo dos gestores
273 municipais nas discussões do colegiado, ressaltou que se não fosse o trabalho de gestão
274 participativa, todos os reservatórios já estariam secos. Informou que o município de Milhã, que faz
275 parte do Médio Jaguaribe, mais é atendido quanto ao abastecimento da sede, através do
276 gerenciamento da gerência regional de Quixeramobim, pois o reservatório que atende o município
277 fica na bacia do Banabuiú. Falou que em conversa com o gerente regional de Quixeramobim –
278 COGERH/Banabuiú o Sr. Paulo Ferreira, foi dito que o abastecimento de Milhã está sendo
279 realizado com muita dificuldade, pois a AMR advinda do açude Patu em Senador Pompeu encontra-
280 se com problemas, principalmente no furto de água, mais precisamente na comunidade de
281 Jenipapeiro. O Pe. Djavan disse que atualmente os aquíferos Açú e Jandaíra são utilizados pelo
282 agronegócio, propondo que no próximo ano o colegiado monitore melhor a exploração dos
283 aquíferos, além do crescimento exagerado da carcinicultura no Médio Jaguaribe, destacando sua
284 preocupação com o lançamento de dejetos da carcinicultura diretamente no leito do rio. Essa
285 questão foi reiterada pelo Sr. Bruno (Prefeitura Tab. do Norte), que levantou também sua
286 preocupação com o fim da perenização do rio Jaguaribe e com abastecimento da região da Chapada
287 do Apodi que contempla cerca de 10 mil pessoas nos municípios de Tabuleiro do Norte, Limoeiro
288 do Norte e Quixeré, que atualmente captam água no canal da FAPIJA, perguntou ainda como ficou
289 a questão dos poços que tinham custos de um milhão de reais cada, que estavam previstos serem
290 perfurados 03 poços para atender aquela região. O Sr. Cleilson Almeida (COGERH) respondeu que
291 em relação aos aquíferos existe uma comissão gestora, que é constituída por integrantes dos comitês
292 do Baixo e Médio Jaguaribe, sendo que no comitê do Baixo já existe uma discussão para
293 atualização dessa comissão gestora, propondo que se crie uma comissão do Médio Jaguaribe para se
294 reunir com a comissão do Comitê do Baixo e discutir o processo de atualização da comissão
295 gestora. A proposta foi aprovada e foi constituída a **comissão para renovação da Comissão**
296 **Gestora do Aquífero Potiguar, formada pelos Sr. Djavan da Silva Fernandes, Bruno Rafael**
297 **da Silva Freitas e Deodato Celso Barroso Diógenes**. O Sr. Hermilson complementou que
298 infelizmente a COGERH não conseguiu recursos para perfuração dos poços levantados pelo Sr.
299 Bruno, e que em relação ao aquífero Açú, ainda não existem grandes empreendimentos,
300 recentemente foi realizada uma fiscalização na região de Tabuleiro do Norte e não se registrou um

301 número expressivo de poços, porém existem diversas áreas em processo de expansão, portanto, é
302 importante que se avance no monitoramento e fiscalização desse aquífero. O Sr. Valderi propôs
303 como encaminhamento enviar novamente ofício ao DNOCS solicitando a recuperação do acesso e
304 limpeza da parede do açude Figueiredo. O Sr. Leandro informou que o comitê já foram enviados
305 diversos ofícios sobre a temática, mais não teve resposta do DNOCS. Em relação ao
306 questionamento do Sr. Bruno, sobre o fim da perenização do rio, o Sr. Karlos Welby solicitou uma
307 reunião do CONERH para discutir a temática, pois a última resolução do conselho estadual
308 estabeleceu o fechamento da válvula em 31/12. O Sr. André Magvinier respondeu que o juntou está
309 solicitando recursos junto ao Ministério da Integração para recuperação do Figueiredo e outros
310 reservatórios. O Sr. De Assis, informou que a COGERH faz o monitoramento dos aquíferos e
311 sugeriu como encaminhamento que ocorra uma apresentação do monitoramento no início do
312 próximo ano. Em seguida foi colocado em votação as propostas de encaminhamento levantadas na
313 reunião, sendo aprovado os seguintes **ENCAMINHAMENTOS**: **1. Sugerir ao Governo do Estado**
314 **para todos os municípios no entorno do Castanhão adutoras captando água no reservatório para**
315 **abastecimento humano; 2. Enviar ofício a Direção Nacional do DNOCS em Fortaleza,**
316 **solicitando informações sobre a recuperação do acesso e limpeza da parede do açude**
317 **Figueiredo; 3. Solicitar da COGERH uma apresentação sobre o monitoramento dos aquíferos**
318 **Açu/Jandaíra numa reunião do Colegiado.** Finalizando a reunião, o Sr. Leandro repassou os
319 seguintes informes: 1. Capacitação do Colegiado (Visita ao CAC – Cinturão das Águas do Ceará)
320 está programada para janeiro/2018; 2. Em março/2018 ocorrerá o Fórum Mundial das Águas em
321 Brasília, e a COGERH custeará as despesas para 2 representantes por comitê; 3. No próximo ano
322 ocorrerá a renovação do CSBH Médio Jaguaribe, sendo que nas primeiras reuniões do ano deve ser
323 formada a comissão que ficará encarregada da condução do processo de renovação do colegiado; 4.
324 A Confraternização ocorrerá no local do almoço. Finalizando os trabalhos, e não havendo nada mais
325 a ser discutido. O Sr. Daniel declarou encerrada a reunião desejando a todos um feliz natal e
326 próspero ano novo, com boas chuvas em 2018, e eu Cleilson Pinto de Almeida, analista em gestão
327 de recursos hídricos do Núcleo de gestão da Gerência de Limoeiro do Norte, lavrei a presente Ata.